



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”  
Vitória (ES, Brasil), 05 a 08 de junho de 2017

---

**Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.**

**COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:  
PRODUÇÕES NOS PERIÓDICOS DA ÁREA**

**Thaís Teixeira Closs<sup>1</sup>**  
**Tatiana dos Santos Serqueira<sup>2</sup>**  
**Eriane Martins Pacheco<sup>3</sup>**

**Resumo:** O trabalho sistematiza dados de pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social e as competências profissionais no trabalho do assistente social. A investigação teve como fonte de dados as publicações eletrônicas de 11 periódicos da área de Serviço Social. Verificou-se que a produção sobre as competências é diminuta, totalizando 21 artigos que representam 0,96% do universo de 2180 artigos publicados até o ano de 2016. No que tange à produção sobre Fundamentos, verificou-se a partir de estudo anterior que a abordagem deste tema tem pouco destaque nos periódicos, perfazendo 0,49% das publicações.

**Palavras-chave:** Fundamentos do Serviço Social, competências profissionais, trabalho profissional.

**PROFESSIONAL COMPETENCES AND FOUNDATIONS OF SOCIAL WORK:  
PRODUCTIONS IN THE PERIODICALS OF THE AREA**

**Abstract:** The work systematizes research data about the Foundations of Social Work and professional competences in the work of the social worker. The research had as data source the electronic publications of 11 periodicals of the Social Work area. It was verified that the production on competences is small, totaling 21 articles that represent 0.96% of the universe of 2180 articles published until the year 2016. Regarding the production on Foundations, it was verified from a previous study that the approach of this topic has little prominence in the periodicals, accounting for 0.49% of the publications.

**Keywords:** Foundations of Social Work, professional competences, professional work.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho sistematiza dados parciais de pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social e as competências profissional no trabalho dos assistentes sociais. O projeto de pesquisa<sup>4</sup>, em fase de desenvolvimento, visa analisar a materialização das competências profissionais no contexto dos processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais, apreendendo como os Fundamentos do Serviço

---

<sup>1</sup> Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [thaisa.closs@ufrgs.br](mailto:thaisa.closs@ufrgs.br).

<sup>2</sup> Estudante de Serviço Social – UFRGS. E-mail: [thatianadossantoss@gmail.com](mailto:thatianadossantoss@gmail.com).

<sup>3</sup> Estudante de Serviço Social – UFRGS. E-mail: [erianempacheco@gmail.com](mailto:erianempacheco@gmail.com).

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa “Fundamentos do Serviço Social e competências profissionais: uma relação necessária no trabalho do assistente social” abarca - além da análise documental da produção da área - a coleta direta junto a estudantes, assistentes sociais supervisores e egressos do curso de Serviço Social da UFRGS, por meio de questionários e grupos focais.

Social em suas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas são mobilizados e articulados no cotidiano do exercício profissional. A par da relevância desta temática para o adensamento da pesquisa voltada para o desvendamento de possibilidades de qualificação do trabalho profissional, identifica-se que a mesma conta com escassas produções na área.

Isto se identificou em investigação anterior realizada sobre os Fundamentos do Serviço Social (CLOSS, 2015), que teve como universo de documentos os artigos das principais revistas brasileiras da área de Serviço Social, publicados entre os anos de 1993 a 2013, tendo como produto a construção de um banco de dados através da análise de 226 volumes dos periódicos de 11 revistas<sup>5</sup>, totalizando 2031 artigos revisados. Dentre estes, 324 artigos possuem descritores relacionados aos Fundamentos do Serviço Social, os quais representam 15,91% da produção analisada. Verificou-se que as produções que possuem o descritor “Fundamentos do Serviço Social” é extremamente reduzida, perfazendo 0,49% dos artigos das 11 revistas analisadas. Dando continuidade a esta análise da produção sobre Fundamentos em articulação com as competências profissionais, verificou-se que dentre o acervo eletrônico das mesmas revistas analisadas - totalizando 197 volumes e 2180 artigos publicados até o ano de 2016 - somente 21 documentos possuem os descritores “Competências”, “Atribuições” e/ou “habilidades” profissionais, representando 0,96% das publicações eletrônicas destes periódicos.

O material que ora se apresenta, tendo em vista os limites para uma abordagem mais ampla dos achados da pesquisa, expõe inicialmente os pressupostos teóricos do estudo e, na sequência, os dados sobre as produções identificadas nas revistas da área, situando o debate sobre as competências profissionais a partir dos documentos analisados. Por fim, sistematiza considerações acerca dos dados obtidos na pesquisa e os desafios da investigação sobre os Fundamentos e as competências profissionais.

## **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL**

Parte-se de premissa analítica de que a relação indissociável entre história/teoria/método é constitutiva dos *Fundamentos do Serviço Social*, considerando as transformações da profissão no movimento da realidade brasileira, a partir da sua

---

<sup>5</sup> Análise do acervo on-line das revistas das seguintes revistas: Em pauta (UERJ), Katálisis (UFSC), Libertas (UFFJ), O social em questão (PUC-RIO), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social e Realidade (UNESP- Franca), Serviço Social em Revista (UEL), Textos e Contextos (PUCRS), Teoria Política e Social (UFPB), Temporalis (ABEPSS), Serviço Social e Sociedade (Editora Cortez).

inscrição na divisão sociotécnica do trabalho e da influência da cultura e das matrizes do pensamento social. Nesta perspectiva, os Fundamentos podem ser definidos (CLOSS, 2015) como uma matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica na realidade brasileira, a qual se desdobra em formulações teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Na atualidade - considerando a tendência crítica e de ruptura com o conservadorismo na profissão e a consolidação do projeto ético-político profissional - os Fundamentos do Serviço Social se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores de cunho emancipatório, na análise histórico-crítica da profissão na realidade brasileira, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica na atualidade do Serviço Social brasileiro (CLOSS, 2015).

Este núcleo dos Fundamentos se expressa no conjunto da produção profissional através da (CLOSS, 2015): adoção da teoria social marxista no plano da formação e do exercício profissional, com repercussões na produção acadêmica; abordagem da questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão e matéria de trabalho profissional, em suas múltiplas expressões; abordagem teórica do trabalho e processos de trabalho, ou seja, a baliza da categoria trabalho na análise da realidade e da profissão, como uma especialização do trabalho que se realiza mediante o assalariamento e a inserção em processos de trabalho; conformação de um projeto profissional sustentado em valores de cunho emancipatório, condensando uma direção social contra hegemônica à sociabilidade burguesa; análise da historicidade da profissão, situada no movimento da realidade brasileira, em suas múltiplas determinações, elucidando o significado social da profissão e a conformação das matrizes teórico-metodológicas formuladas em sua trajetória.

A perspectiva teórica que orienta a investigação sobre o trabalho do assistente social ancora-se na tese de Yamamoto (2005, 2008), compreendendo o Serviço Social como uma especialização do trabalho, enfatizando seu caráter contraditório na trama das relações entre as classes sociais, o qual tem na questão social a sua base de fundação sócio-histórica e matéria-prima profissional. Assim, a partir da tese da autora, a centralidade da contradição implica reafirmar o enfoque articulado para as dimensões concreta e abstrata deste trabalho (MARX, 2013), para as condições e relações em que este se realiza, a partir da análise da inserção do mesmo em processos de trabalho.

Trata-se de superar as análises que enfatizam somente a qualidade do trabalho profissional e seu valor de uso, pois as mesmas tendem a recuperar a noção liberal de prática profissional, a partir da existência de um processo de trabalho do assistente social através de esquemas formais que enfatizam seus elementos constituintes a partir da acepção marxiana (a atividade, o objeto, seus meios e produtos) de forma a-histórica, em traços ideais destituídos das complexas relações em condições em que este se materializa. Estas análises cindem a unidade entre processo de trabalho e processo de formação do valor que é central ao pensamento marxiano na análise da sociabilidade burguesa (MARX, 2013), inclusive debilitando o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo sob o ponto de vista do capital (MARX, 2013), o qual também aporta elementos analíticos sobre o significado social do trabalho do assistente social considerando os distintos espaços sócio-ocupacionais em que este se realiza.

Além disto, é preciso destacar a centralidade da apreensão do trabalho profissional inscrito no âmbito do processo de (re) produção das relações sociais, como destacam Iamamoto e Carvalho (2012). Este processo é compreendido para além das suas dimensões materiais, englobando a reposição das relações de classe, de seus antagonismos e desigualdades, mas também das resistências, pois, “considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2013, p. 641). Assim, esta noção não se restringe à reprodução material ou mesmo à reprodução física da força de trabalho, mas abarca a globalidade do processo social enquanto totalidade concreta em movimento, incluindo a (re) produção espiritual, as formas de consciência e sociabilidade, a recriação de contradições, a disputa por poder e hegemonia das classes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Outra dimensão central a ser destacada é que a particularidade desta profissão é apreendida a partir da sua vinculação orgânica com as configurações estruturais e conjunturais da questão social e das formas de seu enfrentamento (ABEPSS, 1996). É preciso considerar as políticas estatais que favorecem os mercados financeiros e direcionam o fundo público para os encargos da dívida pública trazem forte impacto no campo dos serviços sociais que passam a ser crescentemente seletivos, focalizados e mercantilizados através da privatização das políticas sociais. Este processo incide no redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais e estão na base da “tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social” (RAICHELIS,

2011, p. 431), que expressa as metamorfoses no mundo do trabalho impulsionadas pelo atual estágio de acumulação capitalista, flexível, sob a égide do capital financeiro.

Neste contexto, é preciso superar tanto vieses fatalistas quanto messiânicos na profissão, como destaca Iamamoto (2008, p. 229-330), enfocando a inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado. Isto é fundamental para construir uma base realista ao projeto profissional e à sua viabilização, o que implica ultrapassar “a pequena política do dia-a-dia, tal como se expressa na competência permitida e autorizada pelas organizações, restrita à prática manipulatória imediata e à recepção passiva de informações, que se traduz no empirismo, nas rotinas, no burocratismo” (Ibidem). Para tal, é necessário potencializar a relativa autonomia do trabalho do assistente social, a qual “é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados” (Ibidem, p. 220).

Tal relativa autonomia ancora-se, portanto, projeto profissional coletivo que tem na Lei de Regulamentação, no Código de Ética, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e nas Resoluções do CFESS suas expressões normativas. As mesmas são um campo de mediações a ser mobilizado pelos profissionais na defesa de suas competências e na definição de prioridades e estratégias profissionais, na luta por melhores relações e condições de trabalho para assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, juntamente com o acervo intelectual construído pela profissão nas últimas décadas. Nessa perspectiva, o avanço da produção da área, mobilizado pela interlocução com o marxismo e também pela consolidação da pós-graduação, revela o amadurecimento da profissão na produção de conhecimentos pautados por uma rica interlocução com o movimento da sociedade, rompendo com análises endógenas. Ou seja, a profissão “defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu empenho, sendo necessário agora realizar a ‘viagem de retorno à profissão’, para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como ‘concreto pensado’” (IAMAMOTO, 2008, p. 240). Nesta “viagem de volta” situa-se o desafio de adensar a produção sobre os Fundamentos em articulação com as competências profissionais.

Da análise das tendências da produção da área (CLOSS, 2015) verifica-se que o debate teórico-metodológico marxista é transversal aos Fundamentos, expressando-se na análise da historicidade da profissão no movimento da sociedade, bem como na compreensão da questão social a partir do processo de acumulação capitalista e também

na centralidade da categoria trabalho em seus sentidos contraditórios para a compreensão do exercício profissional e da realidade societária, embasando a conformação de um projeto profissional sustentado numa direção social contra hegemônica à sociabilidade burguesa. Contudo, justamente a mediação destas dimensões constitutivas dos Fundamentos com as competências profissionais ainda é uma angulação pouco privilegiada pelas produções. Este retorno à profissão, em suas múltiplas determinações, é necessário para reduzir o descompasso existente entre a produção da área e as exigências que emergem na profissão, como já analisado por Simionatto (2005). Trata-se, portanto, do desafio de se debruçar sobre “o tempo miúdo do cotidiano” (YAZBEK, 2001, p. 38), iluminando o mesmo a partir da análise totalizante, situada na universalidade, que permita construir mediações que superem a singularidade imediata e particularizem os Fundamentos no processo de materialização das competências profissionais.

Somam-se a estas questões, como sinaliza Iamamoto (2008), o fato de que a tênue articulação entre os Fundamentos do Serviço Social e as mediações necessárias para explicar o trabalho profissional nos seus desafios cotidianos podem impulsionar a propagação de tendências (neo) conversadoras na profissão, o que reforça a importância da conjugação entre Fundamentos e competências profissionais.

### **PRODUÇÕES NOS PERIÓDICOS DA ÁREA SOBRE COMPETÊNCIAS PROFissionais**

No que tange à abordagem teórica das competências profissionais parte-se de uma compreensão articulada dos três documentos que dão concretude ao projeto profissional. Enquanto a lei de regulamentação profissional (BRASIL, 1993) define as competências e atribuições do trabalho do assistente social, são as diretrizes da ABEPSS (1996) que fornecem as bases para a formação de um profissional com perfil crítico e propositivo para movimentar estas competências, ao passo que o Código de Ética (CFESS, 1993) demarca a direção social do trabalho profissional. Destaca-se que tais documentos, enquanto expressão normativa do projeto ético-político profissional, evidenciam a construção de um novo perfil e legitimidade profissional no movimento da sociedade brasileira, num quadro de disputa de projetos societários, de tensão entre a busca de democratização da sociedade e a ampliação de direitos.

É neste quadro que o debate das competências profissionais - dinamizado pela organização política da categoria, pelo amadurecimento teórico-intelectual e

consolidação da pós-graduação da área – estrutura-se a partir da análise das demandas e requisições sociais dirigidas à profissão face a particularidade da questão social na realidade brasileira, considerando o redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais e a construção de respostas profissionais que não se restrinjam às demandas imediatas do mercado de trabalho, posto que ancoradas no acúmulo teórico-metodológico e ético-político construído pela profissão.

Do texto legal (BRASIL, 1993), destaca-se que as competências abarcam as atribuições privativas, tais como definidas nos artigos 4º e 5º da lei, circunscrevendo a atuação do Serviço Social no campo da execução, do planejamento, da gestão, da avaliação de políticas, bem como no âmbito do ensino, da realização de pesquisas, da elaboração de estudos e pareceres sociais, e também no desenvolvimento de ações de atendimento direto junto à população. As competências demarcam a particularidade da inscrição do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e sinalizam como a profissão formula respostas requisições e demandas sociais oriundas da questão social, construindo a sua legitimidade e identidade na trama das relações sociais.

As competências podem ser definidas “como particularidades gerais de uma profissão, (...) desenhando habilidades sociais imprescindíveis para o desenvolvimento das mesmas. Já as atribuições expressam o poder evocado, a delimitação construída em sintonia com as requisições históricas (SILVEIRA, 2013, p. 154).” Assim, o que define o caráter da atividade como atribuição privativa do assistente social é justamente sua qualificação como matéria, área e unidade de Serviço Social, processo que remete ao debate acadêmico-profissional sobre os seus Fundamentos, o que é uma prerrogativa “dos seus agentes especializados e de seus organismos representativos que, em determinados contextos societários, confirmam a necessidade ou utilidade social desta especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 2002, p.39). Logo, a significação do que consiste matéria da profissão é indissociável da produção de conhecimento da área, da atuação das entidades da categoria e da definição das diretrizes da formação profissional (ABEPSS, 1996) as quais definem a questão social como polo central e transversal à graduação da área, explicitando um perfil profissional generalista com competência para apreender criticamente e de forma totalizante os processos sociais.

Conforme destaca Silveira (2013) o debate teórico sobre a noção de competência enfatiza a capacidade prática e resolutive, a tomada de decisão e domínio de conhecimentos específicos, abarcando processos de abstração e experimentação: além

de saber implica o saber-fazer. A mesma autora também enfatiza ser esta uma noção contraditória que vem sendo permeada pela influência do pensamento neoliberal no campo das políticas educacionais, com fortes marcas da adaptabilidade do trabalhador ao contexto de precarização das relações laborais, juntamente com premissas como o individualismo e pragmatismo, o que implica uma análise crítica do “modelo das competências” no âmbito da profissão. É fundamental contrapor-se à influência daquele pensamento na profissão, afirmando a relação intrínseca entre Fundamentos do Serviço Social e competências, as quais se materializam na articulação e mediação de conhecimentos a partir da dinâmica concreta dos processos de trabalho em que se inscreve o assistente social. Assim, os Fundamentos consubstanciam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa das competências, as quais são transversais ao processo de investigação e intervenção na realidade bem como às competências delimitadas na legislação.

A partir destas premissas teóricas sobre os Fundamentos e as competências profissionais, construiu-se banco de dados<sup>6</sup> das publicações eletrônicas das revistas, cuja caracterização encontra-se sistematizada no quadro a seguir.

**Quadro 1: Caracterização das produções**

<b>Especificação do eixo temático</b>	<b>Frequência Abs.</b>	<b>Frequência %</b>
1. Revisões teóricas e investigações sobre competências profissionais	4	19
2. Competências profissionais na política de saúde	4	19
3. Formação profissional e competências profissionais	2	9,5
4. Educação permanente/continuada e competências profissionais	2	9,5
5. Supervisão de estágio e competências profissionais	2	9,5
6. Competências profissionais na política de assistência social	2	9,5
7. Competências profissionais em diferentes espaços sócio-ocupacionais	5	24
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

Fonte: Sistematização das autoras.

Considerando a totalidade dos sete eixos temáticos nos quais concentram-se as produções identificadas, verifica-se que a tendência predominante (52,5%) consiste no debate das competências profissionais a partir da particularização das mesmas em

<sup>6</sup> Os dados do quadro representam 0,96% do total das publicações eletrônicas até o final do ano de 2016 dos 11 periódicos (2180 artigos).



diferentes políticas sociais e espaços sócio-ocupacionais. Registra-se que a ênfase para o trabalho e competências na política de saúde (19%) relaciona-se com a tendência histórica de inserção da profissão SUS e por ser esta uma das áreas predominantes inclusive em termos de mercado de trabalho. As produções aglutinadas neste eixo temático concentram relatos de experiências no âmbito hospitalar e na atenção básica, versando também sobre a formação em serviço de assistentes sociais nas Residências Multiprofissionais em Saúde, temática esta que vem assumindo destaque nos fóruns da categoria. Apesar da também histórica atuação na política de assistência social e da significativa expansão da inserção dos assistentes sociais em serviços socioassistenciais na última década a partir da implementação do SUAS, somente 9,5% das produções tematizam as competências profissionais nesta área, abordando os desafios ético-políticos do trabalho profissional no âmbito do Programa Bolsa Família e o desenvolvimento de ações no âmbito do controle social, com ênfase para os conselhos municipais nesta política. Após, registra-se com frequência única, as produções que tematizam as competências em espaços sócio-ocupacionais tradicionais e emergentes (24%), tais como: a área sócio-jurídica e empresarial, e também a inserção profissional em órgãos de defesa civil e nas políticas agrária e de direitos humanos.

O debate das competências a partir das políticas sociais setoriais também é verificado no âmbito das ações do Conjunto CFESS-CRESS através da construção de documentos orientadores do exercício profissional na assistência social, na saúde, na educação e na área sócio-jurídica. Entende-se que tais parâmetros representam um esforço de particularização da Lei de Regulamentação e da direção ético-político e base teórico-metodológica crítica em áreas estratégicas para a profissão, tendo como eixo comum a compreensão da questão social da como matéria profissional. Respondem a uma demanda crescente da categoria de maior explicitação das particularidades do trabalho do assistente social e de possibilidades interventivas que consolidem uma identidade crítica e coletiva nestas áreas. Contudo, a organização destes documentos possui uma tendência prescritiva das competências profissionais na lógica do “dever ser” que, embora responda aos anseios de parte da categoria, revela uma fragilidade da construção de respostas profissionais essenciais à própria legitimidade social do Serviço Social (SILVEIRA, 2013).

Como segunda tendência predominante das produções (28,5%), constam os documentos que articulam as competências profissionais com o âmbito da formação

profissional e da educação permanente, com destaque para a estrutura curricular do projeto de formação de 1982 e o amplo debate de revisão consubstanciando nas diretrizes da ABEPSS de 1996. No âmbito desta discussão destaca-se como aspectos centrais a indissociabilidade entre dimensão investigativa e interventiva prevista pelas Diretrizes, a transversalidade do ensino do trabalho profissional e a centralidade da questão social como eixo ordenador da estruturação dos currículos. Ainda dentre esta tendência, registra-se também a atenção dada para a formação continuada como essencial na consolidação das competências profissionais face às transformações do mundo do trabalho. Tal formação é indissociável do compromisso ético de aprimoramento intelectual constante e da garantia da qualidade do atendimento prestado à população usuária, temática cuja relevância é reforçada pela formulação da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS. Verifica-se também a ênfase dada a supervisão de estágio como atribuição privativa, realizada de forma direta e na articulação entre profissionais dos espaços sócio-ocupacionais e docentes, figurando temática que também vem sendo alvo de debates sistemáticos na categoria - especialmente no atual quadro de precarização do trabalho e formação – resultando na construção de normatizações profissionais (Resolução 533 de 2008 do CFESS e Política Nacional de Estágio da ABEPSS).

Como última tendência, verificam as produções (19%) que discutem teoricamente as competências profissionais sistematizando dados de investigações locais sobre a realidade do exercício profissional, como será brevemente tematizado a seguir.

A produção de Matos (2015) enfatiza que a discussão sobre as atribuições e competências requer uma concepção clara de profissão, ou seja, aquela forjada na ruptura com o conservadorismo, na qual a função social do Serviço Social está vinculada às diferentes expressões da questão social. Para o autor há de se superar uma visão generalista da questão social, considerando que suas múltiplas expressões se materializam em demandas e contextos diversos no quadro dos serviços setorializados das políticas sociais, os quais, por sua vez, organizam processos de trabalho coletivos que requisitam competências particulares. Destaca que esse processo abarca um movimento contraditório que pode tanto descaracterizar atribuições privativas como também apresentar demandas emergentes para o Serviço Social. Contudo, é preciso destacar que a elaboração de respostas a estas demandas pelos assistentes sociais

(...) está posta no campo das suas possíveis competências, logo esta ação não lhe é exclusiva. Ser competente é articular a dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Competência não é mérito individual, e sim resultado de um projeto que se constrói coletivamente nos serviços, que se retroalimenta da produção intelectual da profissão e da sua organização político-profissional. (...) A realidade não se restringe apenas às normas e às leis: é na prática que se materializa o que é, legitimamente, campo de intervenção de uma profissão. (MATTOS, 2015, p. 690-691).

Portanto, a legitimidade da profissão, a definição de sua área de atuação envolve as repostas empreendidas no cotidiano na relação entre estabelecida com os usuários, equipes e organismos empregadores, exigindo do profissional clareza das normativas profissionais, da produção e organização coletiva da profissão. Contudo, a produção de Torres (2007), a partir de pesquisa realizada com assistentes sociais, apresenta dados que revelam o desconhecimento dos profissionais sobre a Lei de Regulamentação e a utilização da mesma como parâmetro e instrumento de qualificação do seu trabalho. Os dados evidenciam que os entrevistados confundem a referida Lei com o Código de Ética e, ainda, com a Lei Orgânica de Assistência Social. Os que evidenciam conhecimento da Lei enfatizam prioritariamente as competências, invisibilizando as atribuições privativas, as quais, por sua vez, são identificadas com atividades tradicionais - tais como a triagem socioeconômica, e o funcionamento das políticas sociais - e, ainda com o uso de instrumentais como a entrevista. A autora (2007), tal como na produção anteriormente citada, também enfatiza a relação entre competências e questão social, destacando a unidade entre dimensão investigativa e interventiva tendo em vista que objeto profissional é determinado historicamente e a análise do mesmo depende da perspectiva assumida pelo assistente social. Ou seja,

(...) dessa análise decorre o exercício profissional cujo caminho e direcionamento pode ser o de assumir o objeto construído pela organização onde o assistente social atua como dele mesmo, como pode ser construído a partir das determinações decorrentes das correlações de forças entre conjuntura, contexto institucional, demandas do usuário, demandas organizacionais e o projeto ético-político construídos pelos profissionais. (TORRES, 2007, p. 46).

A produção de Prates e Closs (2015), também realizada a partir de pesquisa com assistentes sociais, evidencia a tendência do mercado em requisitar um profissional polivalente, reforçando a necessidade da articulação dos Fundamentos no cotidiano, pois “a fragilidade da compreensão dos assistentes sociais sobre as competências profissionais para além das demandas do mercado é um aspecto que os torna mais

vulneráveis aos ditames dos empregadores e às dinâmicas institucionais.” (p.364). A produção apresenta dados que expressam os impactos das transformações do mundo do trabalho no exercício profissional e competências, tais como a contratação no setor público em sua maioria via vínculo celetista e de forma temporária e, ainda a tendência crescente do trabalho invisível no espaço do domicílio que, entre os entrevistados revelou uma média de 16 horas extras realizadas fora do horário de trabalho, tais como elaboração de relatórios, e-mails, pesquisa de informações e análise de documentos. Considerando as competências exercidas em diferentes espaços sócio-ocupacionais e a avaliação dos assistentes sociais sobre o seu exercício profissional, as autoras concluem que

(...) as demandas do mercado requisitam um profissional polivalente, com competências circunscritas ao eixo técnico-operativo, disposto a expor-se a condições precárias de trabalho, inclusive na incorporação de tarefas exercidas para além da carga horária formal. Os assistentes sociais, premidos pela pressão do desemprego, são tensionados cotidianamente a responder às demandas do mercado restringindo a potencialidade de sua ação nos marcos do projeto ético-político profissional, embora este ainda seja o elemento que norteia e fundamenta o exercício da profissão, pelo menos no âmbito do discurso. Apesar de todos aspectos que expressam dificuldades, demandas, sobretrabalho, condições precárias, a profissão é valorizada pelos profissionais que se mostram, na sua grande maioria, muito satisfeitos em relação ao trabalho que realizam. (PRATES, CLOSS, 2015, p. 377).

Bolzan (2015) analisa o Trabalho Emocional como uma dimensão inerente às competências, o qual abarca a gestão emoções e atuação sobre os sentimentos que emergem das situações laborais. Discute também a divisão sexual do trabalho e marca de gênero no Serviço Social, ressaltando que o cuidado (care) - como atributo socialmente construído com feminino - é historicamente associado a profissão. A autora enfatiza que o cotidiano do trabalho do assistente social é envolvido por diversas demandas que exigem alto grau de trabalho emocional, tal como situações de violência, pobreza extrema, dependência química, disputas de guarda, entre outros, evidenciando que

A gestão emocional é um aspecto importante do trabalho no Serviço Social, uma vez que é realizado em constante interação com os usuários. As entrevistas comprovam que assistentes sociais realmente evidenciam emoções em grau considerável e alteram o gerenciamento emocional nas diferentes demandas, competências e situações relacionadas à profissão. As emoções são tão cotidianas que se tornam parte da identidade profissional. (BOLZAN, 2015, p. 119)

A autora (2015) destaca que o trabalho emocional não resulta necessariamente em estresse e esgotamento, mais sim relaciona-se com o exercício do mesmo em condições desfavoráveis, longas jornadas e restrição de autonomia, dimensão esta que necessita ser considerada em estudos sobre a saúde do trabalhador assistente social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados das investigações junto aos periódicos evidenciam o diminuto trato direto e visibilidade dos Fundamentos do Serviço Social e das competências profissionais na produção da área. Parte da premissa analítica (CLOSS, 2015) que esta pequena visibilidade dos Fundamentos e competências na produção de conhecimento revela uma *contradição em processo* entre o adensamento conceitual totalizante de uma matriz crítico-analítica - explicativa da realidade e da profissão - e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para a materialização da mesma no exercício profissional. Tal contradição é acirrada por uma conjuntura societária de ofensiva do capital sobre o trabalho, sobre as lutas e os direitos sociais, que impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz crítica de orientação marxista. Demarca-se, portanto, deste plano conjuntural, que as tendências crescentes e agudizadas de precarização das condições de trabalho e da formação profissional na área assumem contornos inéditos. Demandam, assim, esforços articulados no plano da pesquisa e da atuação político-profissional das entidades da categoria com vistas a defesa e a capilarização do projeto ético-político, contribuindo para a superação daquela contradição.

No que tange à produção dos periódicos sobre competências profissionais, verifica-se como tendência predominante o debate das mesmas a partir das políticas sociais. Essa tendência contribui para a particularização dos documentos orientadores do projeto profissional e articulação dos Fundamentos face às tendências dos espaços sócio-ocupacionais mas também pode repercutir em processos de fragmentação da abordagem das competências em detrimento de uma compreensão mais abrangente para além das requisições e demandas sociais expressas em cada área de atuação profissional. Registra-se também a ênfase das produções em articular as competências com o debate da graduação e educação permanente, evidenciando a preocupação da área na defesa do projeto de formação profissional consubstanciado nas diretrizes da ABEPSS, juntamente com o desenvolvimento de ações voltada para a qualificação

continuada diante das transformações no mundo do trabalho que acarretam processos de precarização e desafiam a construção de respostas profissionais que potencializem a relativa autonomia. Por fim, registram-se as produções que empreendem o debate teórico e a pesquisa sobre as competências, as quais apresentam como eixo comum predominante a compreensão da questão social como matéria profissional na análise da Lei de regulamentação profissional, justamente as que representam a menor frequência entre os documentos dos periódicos.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BOLZAN, D. P. Trabalho emocional e gênero: dimensões do trabalho no Serviço Social. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília (DF), 1993.

CFESS. **Resolução Nº 273/93 de 13/03/1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília (DF), 1993.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado)– PUCRS, Porto Alegre, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. CFESS: Brasília (DF): 2002.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.124, 2015.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRATES, J. C.; CLOSS, T. T. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, v. 15, n. 30, 2015.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011.

SILVEIRA, J. I. **Profissionalidade do Serviço Social**: Estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no “modelo” de competência. Tese (Doutorado)– PUCSP, Porto Alegre, 2013.

SIMIONATTO, I. Os desafios da pesquisa e na produção de conhecimento do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 9, 2005.

TORRES, M. M. Atribuições Privativas Presentes no Exercício Profissional do Assistente Social: Uma Contribuição para o Debate. **Libertas**, v. 1 n. 1, 2007.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.